

Universidade de Évora desenvolve projeto que impulsiona o uso de plantas autóctones nos espaços verdes

8 de Janeiro, 2021

A Universidade de Évora (UÉ) está a desenvolver um projeto – “Plantas Nativas na Cidade – Repensar os espaços verdes urbanos” – para criar jardins sustentáveis. Carla Pinto Cruz, professora do Departamento de Biologia e investigadora no MED da UÉ, lidera o projeto de conservação e gestão do património natural, que tem como finalidade “impulsionar o uso de plantas autóctones nos espaços verdes” de localidades do Alentejo Central, mas que pode ser replicado em todo o território nacional.

O Sargaço (*Cistus monspeliensis*), a Roselha-grande (*Cistus albidus*), o Rosmaninho (*Lavandula pedunculata*), o Pilriteiro (*Crataegus monogyna*) ou a Gilbardeira (*Ruscus aculeatus*) são apenas alguns exemplo de espécies nativas que a equipa de investigadores vai usar em espaços verdes, pode ler-se no comunicado da UÉ.

Desenvolvido em colaboração com a CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central), este projeto inclui uma equipa multidisciplinar com competências nas mais variadas áreas técnico-científicas, e conta com a cooperação da empresa Sigmetum, produtora de espécies nativas, e dos vários Municípios envolvidos.

“É para nós claro que a utilização de recursos vegetais próprios apresenta diversas vantagens e permite aumentar a resiliência e sustentabilidade dos nossos espaços verdes, o que é especialmente pertinente na realidade atual de intensificação das alterações climáticas” sublinha a investigadora Carlos Pinto Cruz.

O objetivo é melhorar o conhecimento e o estado de conservação do património natural e da biodiversidade da região e poder aplicar um modelo de desenvolvimento, gestão e valorização de territórios com um elevado capital natural, como as matas, os jardins ou outras estruturas ecológicas com funções paisagísticas urbanas indispensáveis ao bem-estar e qualidade de vida das pessoas que habitam a cidade e respetivas zonas periurbanas.

Com atuação já iniciada em Évora, estas ações envolvem os municípios de Montemor-o-Novo, Estremoz, Mourão e Redondo, com foco na requalificação de diversos espaços verdes, atualmente dominados por espécies exóticas, e desta forma promover ações de sensibilização junto dos cidadãos e dos técnicos com o propósito de alertar para a necessidade de formar as Organizações Não Governamentais de Ambiente, as Comunidades Intermunicipais e as Associações de Municípios, que de outro modo, não teriam capacidade nem suporte financeiro para executar este tipo de atividades impulsionadoras do debate em torno desta problemática.

Para Teresa Batista, docente da UÉ e investigadora no CIMAC, este projeto “tem um enorme potencial de replicação não só nos 14 municípios do Alentejo Central, mas em todo o continente”, e responde ao delineado no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no Alentejo Central (PIAAC-AC) elaborado em 2018, que aponta medidas para a racionalização do uso dos recursos hídricos e a manutenção da biodiversidade, “em especial no Alentejo mas em todas as áreas do Mediterrâneo” onde se prevê até ao final do século “o agravamento das condições de seca e o aumento de fenómenos extremos como chuvas torrenciais e ondas de calor” recorda Teresa Batista, considerando ainda que o uso das espécies autóctones nas zonas verdes urbanas “afigura-se como a solução adequada, uma vez que se tratam de espécies adaptadas e mais resilientes a condições extremas e com menores necessidades de irrigação”.

Por sua vez a Anabela Belo, professora do Departamento de Biologia e investigadora no Instituto Mediterrâneo para Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento (MED), esclarece que a inclusão de zonas verdes em espaços urbanos, sobretudo se as plantas forem nativas, “é uma maneira de promover ligações entre as manchas maiores de paisagem que rodeiam as cidades” e deixa-nos o cenário: “Imagine-se que a cidade é um lago, as construções a água e, a ligar uma margem do lago à outra, existem pequenas pedras fora de água. Os jardins são essas pedras. Ao utilizar espécies de plantas nativas no desenho desses jardins, tornamo-los particularmente importantes para a conservação das nossas plantas, sobretudo para as que estão ameaçadas, mas também para todos os seres vivos que vivem com elas desde sempre”.

No que respeita ao Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento da UÉ, Paula Simões e Rute Sousa Matos frisam que “projetar com espécies nativas em espaço urbano é educar as comunidades e os políticos, para uma forma de arte que põe em evidência a sazonalidade e que contribui para a consolidação da Estrutura Ecológica” sublinham, salientando ainda o facto que, desta forma “estamos a promover a biodiversidade e a sustentabilidade”

Numa vertente mais ligada à área da biologia a investigadora do MED da UÉ, Catarina Meireles acrescenta que “os problemas ambientais decorrentes da utilização de espécies vegetais exóticas tanto em meios urbanos, como em meios rurais, são vários. A maioria das espécies utilizadas é muito exigente em água e o seu cultivo implica a utilização de grandes quantidades de fertilizantes, herbicidas e inseticidas”, destaca a investigadora referindo que “o elevado consumo de água associado à manutenção destas espécies, tem um grande impacto, sobretudo na região mediterrânica, onde a escassez de água é um problema cada vez mais grave”.

Outro aspeto realçado por Catarina Meireles é o facto de algumas destas espécies competirem com a flora autóctone, “muitas delas tornam-se invasoras e conseguem proliferar quase sem controlo passando a representar uma ameaça para as espécies nativas, para a diversidade e equilíbrio dos ecossistemas”. O facto de estas espécies serem importadas de outros países podem ainda “potenciar a introdução de novas pragas e doenças” alerta a investigadora.

As principais intervenções do projeto têm em vista a seleção e promoção da produção de plantas nativas, tal como indicado, espécies com interesse de

conservação, e a requalificação de espaços verdes urbanos através de plantas com valor estético, ecológico e interesse paisagístico. Para tal serão realizados *workshops* para capacitação dos profissionais dos Municípios do Alentejo Central e serão produzidos materiais técnicos e didáticos que contribuam para a divulgação, sustentabilidade e replicação deste tipo de iniciativas.

Esta iniciativa possibilitará a conservação de espécies e habitats protegidos, através de um aumento da biodiversidade nativa, que permitirá não só reduzir o consumo de água e utilização de fitofármacos como potenciará a sustentabilidade e resiliência destes espaços face às alterações climáticas iminentes.

Prevê-se também uma melhoria na gestão económica em consonância com as políticas ambientais nacionais estabelecidas com a União Europeia, em particular com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), criada com o intuito de estancar a perda da biodiversidade nacional, aprofundando a sua conservação e utilização sustentável e promovendo a respetiva valorização, apropriação e reconhecimento pelos diversos agentes responsáveis e pela sociedade.

O projeto “Plantas Nativas na Cidade – Repensar os espaços verdes urbanos” é financiado no valor de 37 903,02€ pelo Fundo Ambiental e inserido no Programa de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, do Ministério do Ambiente.